



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

**Assunto: Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 3 mandato 2021/2025.**

Considerando o art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, assim como o Código de Procedimento Administrativo na sua atual redação, remeto para apreciação, discussão e votação **a Ata n.º 3 do mandato 2021/2025.**

O Presidente

  
Rui André Mendes Medeiros



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

### DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

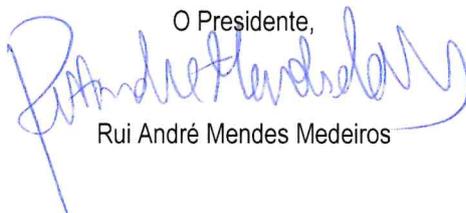
Assim, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o Código Procedimento Administrativo na sua atual redação, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em sessão ordinária a **26 de setembro de 2022**.

Ata n.º 3 mandato 2021/2025.

#### VOTAÇÃO:

Aprovada por Unanimidade	<input type="checkbox"/>	
Aprovada por Maioria	<input checked="" type="checkbox"/>	Com <u>15</u> votos a favor das Bancadas e/ou dos Vogais <u>1 PS + 1 PAN + 2 PSD + 1 BE + 1 CH + 1 CDS +</u> <u>1 PNR + 1 CDU</u>
Reprovada por	<input type="checkbox"/>	Com <u>0</u> votos contra das Bancadas e/ou dos Vogais _____ _____
		Com <u>2</u> Abstenções das Bancadas e/ou Vogais <u>1 PS + 1 CDU</u> _____

Amadora, 26 de setembro 2022.

O Presidente,  
  
Rui André Mendes Medeiros



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA

ATA Nº 03 – 2021/2025

07 de junho 2022

Ao sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu em Sessão Pública Ordinária nas instalações sitas na Rua Mário Dionísio, (edifício Pingo Doce) Moinhos da Funcheira, a Assembleia de Freguesia de Mina de Água com a seguinte Ordem do Dia:

**Ponto Um** – Constituição da 1.ª Comissão Permanente – Revisão do Regimento da Freguesia Mina de Água;

**Ponto Dois** - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 2 mandato 2021/2025;

**Ponto Três** - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental de 2022;

**Ponto Quatro** – Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2022 – 1.ª Alteração;

**Ponto Cinco** - Apreciação da Informação Escrita do Presidente.

**Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** tomou da palavra, cumprimentando todos os presentes.

Informou que, de acordo com a lei, haviam sido solicitadas as seguintes substituições.

### **Tomada de Posse das substituições:**

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** - informou que, face ao pedido de substituição da Primeira Secretária Maria Margarida Rendeiro (PS) e dos Vogais Manuel Baía Patrão (PS) e Rita Alexandra Rebelo de Andrade Soares Rodrigues (CDU), os Membros em falta seriam substituídos por Ana Lúcia Pereira Leitão (PS), Joaquim António Piedade Moedas (PS) e Liliana Rosa (CDU), respetivamente.

Verificada a regularidade formal dos atos e confirmadas as identidades dos eleitos, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) declarou-os investidos na função de Membros da Assembleia de Freguesia, conforme documentos anexos à presente ata.

### **Membros da Assembleia presentes:**

**Bancada do PS:** O Presidente Rui André Mendes Medeiros, a Primeira-Secretária em substituição Ana Isabel Crespo Rijo, a Segunda-Secretária Ana Margarida da

Conceição Silva Duarte António e os Vogais Tiago Luis Resende, Ana Lúcia Pereira Leitão, Joaquim António Piedade Moedas, Luis Filipe Marques Pires, Irene Pereira Pimenta e Carla Campos Garcia;

**Bancada do PSD:** Os Vogais Rui Tiago Gonçalves Monteiro, Ricardo Manuel Machado Santos Girão e Maria Carlota Teixeira Fernandes;

**Bancada da CDU:** os Vogais Pedro Miguel Fontoura Aires e Liliana Rosa;

**Bancada CDS:** a Vogal Aldina Túlia Figueiredo Longo;

**Bancada do BE:** a Vogal Maria Cândida Pereira;

**Bancada do PAN:** a Vogal Maria de Fátima Paiva Pontes de Sousa;

**Bancada do PDR:** o Vogal Amílcar Gonçalves Martins;

**Bancada do CHEGA:** o Vogal João António Andrade dos Santos;

Totalizando os dezanove Membros da Assembleia de Freguesia Mina de Água.

**Membros do Executivo presentes:**

O Presidente Joaquim Marques da Rocha (PS), o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) e os Vogais Adelaide Espírito Santo (PS), Domingos Silva (PS), Alexandra Maria Duarte Monteiro Araújo da Silva Esteves (PS) e Susana do Rosário Trindade (PAN).

Depois de verificadas as presenças dos Membros da Assembleia de Freguesia e constatada a existência de quórum para a sua prossecução, o Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) declarou aberta a sessão.

**Período Antes da Ordem do Dia:**

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) abriu as inscrições para o período reservado a intervenções do público, não existindo inscrições para o efeito.

O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) abriu as inscrições para o período reservado às intervenções das forças políticas.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Túlia Longo (CDS), Pedro Aires (CDU), Amílcar Martins (PDR), Cândida Pereira (BE), Rui Monteiro (PSD) e Ricardo Girão (PSD).**

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Túlia Longo (CDS).**

**Vogal Túlia Longo (CDS) 09.10/13.14 –** Cumprimentou todos os presentes.

Tomou da palavra para mencionar que no passado mês de maio havia ardido o Palácio da Porcalhota, Palácio do Infantado, salientando que este é um edifício do

século XVIII e que se encontrava classificado como edifício de interesse Municipal e que se situa paralelo ao quartel dos bombeiros Voluntários da Amadora, na Freguesia de Mina de Água. Destacou que a sua relevância histórica teria interesse para a Cidade da Amadora. Explicou que este palácio foi herdado pelos segundos filhos do rei de Portugal após a restauração de 1640 e estava destinado para o descanso de funcionários e para a mudança de cavalos das carruagens que transportavam os fidalgos portugueses com destino a alguns dos palácios como Sintra, Queluz ou Mafra. Acrescentou que este palácio se situava na Rua Elias Garcia e que esta seria a continuação da Av. Elias Garcia que se estendia de Lisboa até Queluz, designada à época de Estrada Real. Reforçou que este havia sido utilizado enquanto quartel da GNR nos anos 80 e que, antes disso, havia funcionado a escola primária oficial no primeiro andar, tendo também sido a escola onde os alunos dos colégios privados tinham de fazer os exames da terceira e quarta classe, tendo por último funcionado nestas instalações o Colégio Verney. Lamentou que este imóvel, de património classificado e de interesse municipal, tenha ao longo dos anos sido largado ao abandono, como lamenta igualmente que a Amadora seja notícia uma vez mais, desta vez por destruição de património. Expressou em nome do CDS, uma manifestação de protesto e lamentou que este edifício, de interesse patrimonial, não fosse restaurado e devolvido à população.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Pedro Aires (CDU).**

**Vogal Pedro Aires (CDU) 13.29/16.52** – Cumprimentou todos os presentes.

Tomou da palavra para colocar algumas questões ao Executivo da Junta de Freguesia que gostariam de ver esclarecidas.

Questionou quais as obras que estariam a ocorrer na Praceta Cerrado da Bica, junto aos CTT, uma vez que havia sido abordado por alguns moradores que o questionaram qual seria o resultado final daquela obra, nomeadamente o que iria acontecer com o parque infantil que ali se encontrava, bem como questões relacionadas com a perda de passagem pedonal, devido à construção de garagens.

Questionou igualmente o Executivo se os Serviços Sociais da Junta tinham conhecimento dos dois jovens que se encontram a pernoitar há cerca de duas semanas no Parque Zeca Afonso e se saberiam qual a situação destes.

Solicitou ainda esclarecimentos no âmbito de uma visita que a CDU havia feito ao Parque das Artes e do Desporto, com alguns moradores, e na qual detetaram que os campos de *paddle* e de futebol se encontravam bastantes degradados, questionando se a manutenção e conservação destes estava no âmbito da delegação de competências para a Junta de Freguesia ou, se continuava nas competências da

Câmara Municipal, assim como o tratamento dos espaços verdes. Salientou que pretendiam saber quais as obrigações da Junta e da Câmara Municipal nesse Parque.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Amílcar Martins (PDR).**

**Vogal Amílcar Martins (PDR) 17.08/27.11** – Cumprimentou todos os presentes.

Mencionou que traria questões relacionadas com reclames aluminosos, esplanadas e quiosques.

Questionou o Executivo relativamente ao eventual pedido de levantamento dos quiosques que se encontravam inativos na Rua Raul Leal e na Praça da Europa, uma vez que se encontravam fechados e sem atividade. Sugeriu que em alternativa fosse feito um concurso publico para a atribuição destes e devolver-lhes assim alguma atividade.

Relativamente a esplanadas, mencionou que lhe haviam feito alguns reparos relativamente a esta matéria, nomeadamente a pastelaria Katia que se manifestou sobre a esplanada, a outra seria o Carbeta que havia feito um requerimento à Câmara Municipal para a colocação de uma esplanada e que ainda não lhe haviam respondido.

No que concerne aos painéis publicitários mencionou que estes comportariam situações mais graves, nomeadamente no Restaurante os Justinos que haviam reclamado que após a descentralização destas taxas da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia estas passaram de 42,00€ (quarenta e dois euros) para 247,00€ (duzentos e quarenta e sete euros), parecendo-lhes que este aumento seria exagerado. Considerou que, embora não tivessem responsabilidade nas matérias de desenvolvimento de atividades comerciais ou económicas, o Executivo podia ficar solidário com quem as desenvolvia, solicitando ao Senhor Presidente de Junta a sua deslocação a esses locais para perceber o que se estaria a passar no sentido de ser encontrada uma solução. Apelou ao órgão Executivo que em conjunto com o órgão Deliberativo encontrassem soluções para estas questões.

Mencionou que relativamente aos espaços verdes, estes não se encontravam verdejantes e bem tratados. Deveria existir um quadro de pessoal à medida das exigências da Freguesia, sugerindo um aumento do quadro de pessoal, uma vez que têm assistido aos trabalhos das empresas contratadas a tratarem dos espaços verdes com equipamentos bons nomeadamente no corte da relva, mas sem o cuidado necessário à preservação das flores. Sugeriu, uma vez mais, o aumento do quadro de pessoal, alegando que estes manteriam mais e melhor os espaços verdes. Terminou a sua intervenção mencionando que deveriam retribuir o voto de confiança aos amadorenses fazendo mais e melhor.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra à Vogal Cândida Pereira (BE).**

**Vogal Cândida Pereira (BE) 27.26/31.33** – Cumprimentou todos os presentes.

Mencionou que subscrevia a brilhante exposição do colega da Assembleia de Freguesia e que todos queriam o melhor para os Fregueses.

Referiu que as questões que trazia já haviam sido colocadas na reunião anterior e que decorridos dois meses, desde a última Assembleia, questionava o senhor Presidente do Executivo relativamente às diligências que tivesse feito relativamente a essas questões, no sentido de obter resposta. Salientou que lhe haviam chegado as mesmas questões, tendo a própria confirmado estas. Relembrou que as situações se prendiam com os ecopontos da Rua César de Oliveira que tiram a visibilidade a quem passava na passadeira, assim como a colocação de um depósito para óleos em frente ao Café Picota, uma vez que os moradores diziam que fazia ali muita falta (mencionando que referiram igualmente que não entendiam o porquê de este ter sido removido e não ter sido repostos). No que concerne a questão das escadas de acesso à Rua Seara de Trigo continuavam iguais. O senhor Presidente de Junta havia dito que estariam outras obras idênticas para serem resolvidas e que iria diligenciar o arranjo destas junto do departamento de obras da Câmara Municipal da Amadora, mas continuava tudo na mesma. Aludiu que relativamente à cozinha comunitária, os moradores da Boba continuavam a questionar a mesma à cerca desta matéria, questionando igualmente quando é que o Senhor Presidente de Junta adaptaria umas instalações para o efeito. Solicitou os bons ofícios do senhor Presidente de Executivo para que dentro das possibilidades pudessem ir ao encontro da necessidade desta comunidade.

Salientou ainda que as instalações da EDP (que fazem fronteiras com a Freguesia) estariam a produzir muito barulho, não permitindo o normal descanso da população que ali reside, questionando se o Executivo teria conhecimento desta situação ou se saberiam o que se estaria a passar com essas instalações, porque embora essas instalações se encontrassem na Freguesia vizinha a situação estaria a incomodar os fregueses da Freguesia Mina de Água.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD).**

**Vogal Rui Monteiro (PSD) 31.35/32.27** - Cumprimentou todos os presentes.

Tomou da palavra para mencionar que haviam recebido algumas queixas de falta de estacionamento em algumas ruas da Freguesia, assim como de estacionamento indevido em passeios e em plena rede viária. Alertou ainda para os veículos que se

encontram parados sem exercerem alguma atividade, quase em situação de abandono, questionando o Executivo se tem recebido queixas destas situações, assim como o que haviam feito para assinalar este tipo de veículos que estão em situação de abandono ou de estacionamento indevido.

Questionou qual seria o ponto de situação relativamente aos ecopontos que haviam sido identificados na Assembleia anterior e que se encontravam colocados indevidamente em lugares de estacionamento.

Assinalou que o dia 5 de junho havia sido o Dia Mundial do Ambiente e que o PSD quer assinalar esse dia e reforçou que estavam empenhados na preservação do ambiente e no fomento de políticas de sustentabilidade. Informou que iria chegar à mesa da Assembleia de Freguesia, ainda no decorrer dessa semana, um pedido de esclarecimento relativamente ao número de contentores na Freguesia de resíduos diferenciados e seletivos, documento que haviam referenciado numa Assembleia de Freguesia em 2018 e que, até ao momento, não haviam recebido nenhuma informação. Esse pedido de informação irá ser reforçado pelo PSD e salientou que havia terminado o PERSU2020 estando agora em vigor o PERSU2030. Acrescentou que gostaria de perceber como estariam os dados deste programa.

Terminou a intervenção questionando o Executivo se existiria algum plano de mitigação relativamente à situação dos trabalhadores que se encontram a executar as suas tarefas no exterior para que não trabalhassem nos horários de maior calor, uma vez que estariam a entrar numa época com maiores ondas de calor.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD).**

**Vogal Ricardo Girão (PSD) 35.38/39.02 –** Cumprimentou todos os presentes.

Tomou da palavra para questionar relativamente ao Plano Diretor Municipal (PDM), uma vez que considerou assustador o que a revisão do PDM iria permitir: a construção, em toda a zona que era do antigo bairro de Santa Filomena, de prédios que poderia ir até doze pisos. Considerou gravíssimo o facto de o Senhor Presidente de Junta não ter conhecimento de tal informação, uma vez que a mesma até era pública, e que estava a preparar-se uma pressão populacional enorme que recairia sobre a Freguesia. Destacou que este espaço era um dos poucos espaços que poderia ser aproveitado para serem criadas zonas de lazer. Considerou que esta situação demonstrava que a perspetiva deste Executivo seria nenhuma, acatando apenas o que a Câmara Municipal pretendia fazer sem olhar para as consequências para a população, considerando igualmente que não lhes parecia uma opção sensata para o concelho em sede de revisão do PDM.

Referiu que no seguimento do que havia sido dito pelos vogais Amílcar Martins (PDR) e Cândida Pereira (BE), deveriam aproveitar as pequenas ideias e que poderiam até resultar, tais como as que haviam sido identificadas pelo Vogal Amílcar (PDR) sobre as dificuldades das pessoas em conseguirem sobreviver e se sustentar, assim como as divulgadas pela Vogal Cândida Pereira (BE) no que toca ao desejo de uma comunidade ter uma cozinha comunitária. Caso o projeto da cozinha comunitária avançasse sugeriu que se poderia disponibilizar essa cozinha para todas as pessoas que vendem comida para fora, ou seja, aos produtores informais que assim já teriam como produzir e vender de uma forma controlada, oficial e legal, o que ajudaria a complementar os seus rendimentos, ajudando a legalizar uma situação irregular, que o fazem por desconhecimento e como forma de sobrevivência, e desta forma, iriam conseguir, eventualmente, resolver dois problemas, deixando assim a sugestão para reflexão.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Presidente de Junta Joaquim Rocha (PS)** para responder às questões colocadas.

**Presidente Joaquim Rocha (PS) 39.14/1.00.14** – Cumprimentou todos os presentes. Em resposta à **Vogal Túlia Longo (CDS)**, relativamente ao incêndio ocorrido no Palácio da Porcalhota, informou que estava de acordo com o que a Vogal havia explanado. Esclareceu que apenas agora iriam fechar tudo a tijolo, janelas e portas, considerando que esta medida já havia de ter sido feito antes de acontecer o incêndio. Acrescentou que esperava que a Câmara Municipal tratasse do referido espaço como deveria de ser.

Em resposta ao **Vogal Pedro Aires (CDU)**, relativamente ao Parque da Concelheiro Paquito informou que este se encontrava salvaguardado, embora não ficasse bem no mesmo sítio. Esclareceu que estariam a construir o prédio onde se encontrava o prédio antigo e que iriam abrir a rua ao trânsito desde a Rua D. João de Castro até à Av. General Humberto Delgado.

Relativamente aos jovens que se encontram a pernoitar no Parque Zeca Afonso, menciona que nunca lá viu ninguém e que estes não devem estar referenciados. Informou que no dia seguinte iria providenciar com a técnica de ação social uma análise e avaliação da situação.

No que concerne ao Parque das Artes e do Desporto, esclareceu que, à exceção dos parques canídeos, em que a Junta tem de manter o espaço limpo e com a erva cortada, nada seria da competência da Junta de Freguesia, uma vez que não tinha

aceitado a descentralização da Câmara Municipal. Salientou que apesar de não ter aceite a descentralização, a Junta de Freguesia fazia chegar à Câmara Municipal as anomalias para que estas fossem reparadas. Esclareceu ainda que já tinha ouvido falar de que a Câmara estaria a planear uma intervenção nesse Parque.

Nas questões relacionadas com o Parque Central, informou que este era da responsabilidade da Junta de Freguesia no que concerne a espaços verdes e mobiliário urbano, salientando que já haviam trocado todos os bancos velhos por novos e que a Junta, já tinha as papeleiras em armazém para substituir as que se encontravam deterioradas e que seriam colocadas presumivelmente dentro de uma a duas semanas.

Em resposta ao **Vogal Amílcar Martins (PDR)**, informou que os dois quiosques a que se referia se encontravam com as mensalidades em dia, mas que o proprietário já foi informado que os mesmos têm de se encontrar em funcionamento sob pena de ser enviada comunicação à Câmara Municipal para que os mesmos fossem retirados.

Relativamente aos preços das esplanadas e dos reclames informou que estavam apenas a praticar os preços que já eram praticados pela Câmara. Esclareceu ainda que quando tiverem o regulamento das OVP, com as suas taxas poderia eventualmente existir algum acerto. Clarificou que os processos haviam chegado à Junta de freguesia um pouco embrulhados e que estaria a abrir concurso para um Fiscal, para averiguar as situações.

No que concerne aos espaços verdes, informou que era impossível ter os espaços verdes a cem por cento por causa da falta de civismo dos fregueses. Clarificou ainda que a ordem para fechar as águas era errada, uma vez que ao fim de dois dias parecia que estava tudo a morrer dando ordem para abrir as águas. Esclareceu que poderia acontecer haver atrasos na manutenção dos espaços verdes, porque tinha existido uma mudança de empresa. Salientou que estariam a fazer tudo para que as situações se encontrem regularizadas.

Relativamente à questão do aumento do funcionário, esclareceu que o Vogal sabia que não era possível aumentar os funcionários, uma vez que apenas poderiam pagar de acordo com a lei, exemplificando com o prémio que em tempos o Vogal havia dado aos funcionários e que tinha corrido bem, assim como com o prémio dado pela Freguesia da Venteira e que tinha corrido mal, tendo estes que repor todo o dinheiro por alguém ter feito asneira. Salientou que as pessoas não ganham bem, mas que cumpriam o que estava na lei.

Em resposta à **Vogal Cândida Pereira (BE)**, esclareceu que relativamente à cozinha comunitária este seria sem dúvida um bom projeto, mas que em primeiro lugar teria de haver alguém que cedesse umas instalações e que seria a Câmara Municipal uma vez

que a Junta não tens instalações no bairro. Informou que já havia falado com a presidente da Câmara Municipal relativamente às instalações dos Centro Cultural Roque Gameiro, para o efeito em que a resposta era de que estava em estudo.

Clarificou que relativamente aos ecopontos havia feito o pedido que o Vogal Rui Monteiro (PSD) solicitou, assim como este da Rua César de Oliveira e continua à espera que a Câmara resolva. Considerou que eventualmente não teriam lugar para colocar o ecoponto e que ocupavam um lugar de estacionamento.

Relativamente aos barulhos, mencionou que não sabia que barulhos poderia existir no local mencionado e que desconhecia a existência de algum estabelecimento no local, mencionou igualmente que uma vez que o problema ocorria na Freguesia da Falagueira os Fregueses deveriam enviar a sua exposição à mesma.

Em resposta ao **Vogal Rui Monteiro (PSD)**, informou que relativamente às viaturas abandonadas encontravam-se identificadas 104 viaturas que haviam sido enviadas para a Polícia Municipal especulando que o parque possa estar cheio, uma vez que ainda se encontravam as mesmas viaturas, que já haviam sido identificadas, por levar. Sugerindo que, eventualmente, deveriam existir três ou quatro parques para fazer face às necessidades.

No que concerne aos ecopontos, informou que já havia enviados para a Câmara Municipal e que poderia o fazer novamente.

Informou igualmente que em relação aos horários dos funcionários, estaria a prever no verão rever os horários, sugerindo a possibilidade de fazerem horário seguido ou fazerem dois horários.

Em resposta ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)**, esclareceu que seria provável ter mais informação porque tinha os vereadores na Câmara Municipal, mas que não tinha qualquer informação relativamente ao PDM, concedendo a palavra ao Vogal Tesoureiro para se pronunciar sobre alguma informação que pudesse ter.

**Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.00.15/1.02.31** – Tomou da palavra para esclarecer que não tinha nada a acrescentar relativamente ao PDM, uma vez que a Câmara informa a Freguesia depois das decisões tomadas e nomeadamente sobre o assunto em particular. Acrescentou que dificilmente a Freguesia teria alguma palavra em medidas habitacionais no concelho, uma vez que faria parte de um plano de construção a nível do concelho. Salientou que percebia o Vogal Ricardo Girão (PSD) e que gostaria que a Freguesia crescesse a nível empresarial e não fosse apenas do lado da Venda Nova e de Alfragide, onde são as duas zonas onde incide mais o desenvolvimento empresarial. Considerou que tinham muita pena que para esta

Freguesia estivesse destinada mais para o crescimento habitacional, destacando que as freguesias não tinham nenhuma hipótese de intervir nesta matéria.

#### **Período da Ordem do Dia:**

---

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** deu início ao período da Ordem do Dia.

#### **Ponto Um - Constituição da 1.ª Comissão Permanente – Revisão do Regimento da Freguesia Mina de Água.**

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, tomou da palavra para mencionar que iria retirar esta Proposta da Mesa da Assembleia, na sequência da reunião de Conferência de Líderes no passado dia 31. Considerou que, apesar de ter havido um largo consenso na revisão do texto, havia sido levantada uma questão pela Vogal Cândida Pereira (BE) relacionada com a possibilidade de inserir o direito de petição no regimento, tendo a Mesa ficado de estudar uma maneira de enquadrar este ponto. Informou igualmente que ainda não havia sido possível encontrar uma solução. Clarificou que o objetivo deste ponto seria a constituição formal de uma comissão, mas que já não fazia sentido uma vez que o regimento já havia sido alvo de revisão, aludindo para a expectativa de que este seja votado na próxima sessão. Acrescentou que o texto será enviado a todas as forças políticas para que este seja validado de acordo com o que havia ficado combinado e que posteriormente seria enviado para a jurista da Junta de Freguesia para que valide e verifique alguma incorreção. Terminou a intervenção informando de que não fazia assim sentido a apresentação desta proposta daí a sua retirada, questionando se as forças políticas pretendiam usar da palavra, tendo se inscrito o **Vogal Ricardo Girão (PSD)**.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)**.

**Vogal Ricardo Girão (PSD) 1.06.03/1.06.29** – Tomou da palavra para relembrar que uma das questões consensualizadas na conferência de líderes havia sido a questão da transmissão das Assembleias de Freguesia, questionando se já teria uma resposta às questões levantadas, nomeadamente à questão de exequibilidade técnica de transmissão.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, tomou da palavra para informar que ainda não tinha resposta a essa questão porque ainda não a havia colocado, uma vez que andariam a tratar de encaixar o direito de petição, mas que estaria em crer que teria uma resposta antes da próxima reunião de Assembleia, acreditando e resposta seria positiva.

**Ponto Dois - Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 2 mandato 2021/2025.**

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra o **Vogal Rui Monteiro (PSD)**.

O **Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Vogal Rui Monteiro (PSD)**.

**Vogal Rui Monteiro (PSD) 1.07.17/1.08,11**– Tomou da palavra para mencionar de que existia um ponto em que a votação não se encontraria correta eventualmente por lapso, mas também teria dúvidas acerca da votação dada pela bancada do PSD.

Aludiu que no ponto cinco, apreciação, discussão e votação da Nomeação do Auditor externo responsável pela certificação legal de contas da Junta de Freguesia de Mina de Água, estava indicado que o PSD havia votado contra, contudo referiu ainda normalmente não votavam contra este tipo de temas, solicitando a revisão desta situação. Salientou que se recordava que este havia sido um ponto que havia sido debatido por outras forças políticas, mas que neste não se haviam pronunciado e que no limite se teriam absterido.

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, tomou da palavra para mencionar que iria retirar esta ponto uma vez que o Vogal havia colocado esta dúvida e como não tinha como verificar a informação no momento, retiraria assim o ponto para verificação e que aprovariam assim as duas atas na próxima Assembleia.

**Ponto Três - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental de 2022.**

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Presidente de Junta Joaquim Rocha (PS)** para apresentar o documento.

**Presidente Joaquim Rocha (PS) 1.08.58/1.09.27** – Tomou da palavra para informar que o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha faria a apresentação do documento.

O **Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS)**, para que este apresentasse o referido documento.

**Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.09.30/1.15.02** – Tomou da palavra para mencionar que iria falar sobre a revisão orçamental e, em simultâneo, do mapa de pessoal, uma vez que alguns dos reforços na revisão orçamental estariam ligados a uma necessidade face ao mapa de pessoal. Salientou que a revisão se resumiria a um reforço orçamental de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) e que o objetivo não seria a de gerar maior receita, mas sim para fazer alguns ajustes na receita por via de excesso de cobrança, nomeadamente na parte da OVP e seguros.

Relativamente à despesa mencionou que haviam tido necessidade de fazer a revisão mais concretamente no que dizia respeito aos procedimentos concursais que pretendiam abrir no caso de o mapa de pessoal ser aprovado hoje. Explicou que na secretaria havia saído mais um assistente técnico da secretaria passando a três e que, dos dois assistentes técnicos que tinham previsto contratar em dezembro, iriam contratar um assistente técnico e um técnico superior para a área da contabilidade, sendo que este último inicialmente seria por avença porque enquanto a mobilidade dos assistentes técnicos estivesse a decorrer não poderiam ocupar o lugar, estando assim a aguardar a consolidação da mobilidade da trabalhadora e aí tentariam abrir para técnico superior na área da contabilidade.

Informou igualmente que iriam receber um protocolo de um novo projeto com o centro de emprego e não haviam previsto, no orçamento para 2022, a rubrica para contemplar as despesas que têm de ter com esse posto de trabalho. Referiu ainda que tinham de ter uma alteração forçada em virtude do Fiscal. Esclareceu que já haviam tentado por duas modalidades, por via de mobilidade e por via de procedimento concursal a contratação de um fiscal para os apoiar mais no controle de ocupação de via pública e publicidade, assim como nos autos de contraordenação, mas que existia alguma dificuldade em contratar. Aludiu que, após reunião entre todos, haviam chegado à conclusão de que a contratação de um técnico superior na área da engenharia poderia ser uma solução mais adequada, mas que ainda iria aflorar se esta seria a área técnica mais adequada para que lhes possa prestar apoio nos licenciamentos, no acompanhamento de algumas obras e no acompanhamento de toda a parte dos espaços verdes e espaço público nomeadamente a limpeza, uma vez que têm crescido desde o novo aumento das transferências de competências, parecendo-lhes importante que esta seria uma pessoa com papel importante no mapa, alegando ainda que financeiramente a diferença entre fiscal e Técnico superior não era grande devido à primeira ser uma carreira especial, daí optarem por tentar essa solução.

Destacou ainda o reforço para duas obras que haviam projetado sendo uma no estaleiro e outra no espaço das águas livres para melhoramento do espaço do auditório, sendo a obra do estaleiro aquela que teria maior valor. Justificou que haviam necessitado de fazer o reforço devido ao aumento dos preços das matérias-primas como o ferro, aludindo que estas se refletiram nos novos orçamentos que haviam pedido, ficando as obras mais caras do que inicialmente haviam previsto no ano anterior. Informou que havia reforçado esta rubrica na ordem dos 50.000,00€ (cinquenta mil euros) por forma a poderem lançar os procedimentos a concursos públicos ainda antes do verão.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os **Vogais Pedro Aires (CDU) e Cândida Pereira (BE)**.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** Concedeu a palavra ao **Vogal Pedro Aires (CDU)**.

**Vogal Pedro Aires (CDU) 1.15.21 /1.16.35** – Tomou da palavra para manifestar que a bancada da CDU se iria abster neste ponto, contudo saudavam qualquer reforço de pessoal que fosse efetuado nos quadros da Junta de Freguesia, lembrando que sempre o haviam alertado como necessário. Justificavam a abstenção com a natureza do orçamento, uma vez que consideravam que este se encontrava distante do que a CDU considerava importante.

Questionou ainda o Vogal Tesoureiro relativamente ao reforço da rubrica para o centro de emprego, uma vez que considerava que seria para trazer pessoal para a Junta de Freguesia, pretendendo saber qual a natureza do vínculo a formalizar, se seria um contrato de inserção ou um estágio do IEFP, uma vez que não aceitavam vínculos precário na Junta de Freguesia, considerando ainda que se havia sido identificada uma necessidade porque não mantê-la permanente.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra à **Vogal Cândida Pereira (BE)**.

**Vogal Cândida Pereira (BE) 1.16.52/1.23.23** – Tomou da palavra para mencionar que a questão que trazia era já conhecida sobejamente pela Assembleia de Freguesia e que se prendia com a delegação de competências. Referiu que continuaria a bater nesta matéria e que gostaria que houvesse iniciativa do Executivo em colocar este assunto aos serviços jurídicos da Junta de Freguesia, para que tivessem a certeza de que as matérias que ali vinham que eram da competência do Executivo e que, no entanto, eram apresentadas formalmente à Assembleia pelo Presidente de Junta. Acrescentou que estas eram competência do Executivo e não poderiam ser delegadas no Presidente (aludindo nomeadamente para a revisão orçamental e para o mapa de pessoal). Mencionou que havia consultado o site da Junta de Freguesia e que não tinha conseguido ver a delegação de competências deste mandato, tendo encontrado apenas a delegação de competências do mandato anterior, lembrando que também este havia sido alvo de alguns reparos no mandato anterior, nomeadamente a forma como esta deliberação estava a delegar as competências no Presidente deixavam muito a desejar. Reconheceu que estas eram questões técnicas e que não eram juristas, mas se a Junta tem um serviço jurídico, porque não clarificar esta situação. Questionou ainda que, relativamente ao mandato de 2021-2025, se definia de forma definitiva a existência ou não de delegação de competências, e no caso de ser idêntica

à que estava feita no mandato 2017-2021, questiona então a forma como estava elaborada, uma vez que considerava não se encontrar bem formulada, pois parecia-lhe existir uma confusão entre exercício de funções, atribuição de pelouros e delegação de competências, parecendo isto tudo a mesma coisa, considerando que salvo melhor opinião, não seriam. Alertou ainda para o facto de existirem despachos do Senhor Presidente a delegar no Tesoureiro e no Secretário funções. Questiona se estas seriam delegações de competências (caso se configurasse a figura de delegação de competência) e se estes despachos deveriam elencar as funções do senhor Tesoureiro e do Secretário nos termos do Código do Procedimento Administrativo salvo erro no artigo 42.º.

Referiu ainda que na revisão orçamental a proposta da Assembleia, estaria e bem, apresentada pelo Executivo da Junta de Freguesia, contudo não existiam elementos na proposta do Executivo que lhe indicassem que seria uma proposta do Executivo uma vez que apenas mencionava o Presidente, levantando-lhe dúvidas que esta proposta era do Executivo.

Referiu também que a proposta da Assembleia relativa ao mapa de pessoal era apresentada pelo Presidente de Junta e não do Executivo.

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, tomou da palavra para agradecer as notas dadas e que iria providenciar para que da próxima vez estas viessem em concordância.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Tesoureiro Nuno Rocha (PS)** para esclarecimentos.

**Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.23.54/1.39.43** – Em resposta ao Vogal Pedro Aires (CDU) esclareceu que o contrato era de inserção emprego e que havia sido proposto pelo centro de emprego. Mencionou que não valeria a pena estar a justificar, uma vez que haviam demonstrado ao longo dos anos que não defendiam trabalho precário, uma vez que têm vindo sucessivamente a eliminar as prestações de serviços, criando-as quando existe uma necessidade urgente, mas que iriam criando postos de trabalho e eliminando assim os contratos precários. Esclareceu que iam aparecendo algumas situações promovidas pelo centro de emprego e pelo próprio estado como forma de integrar e relançar as pessoas no mercado de trabalho. Saliu que ao longo dos anos algumas foram sendo integradas através dos procedimentos abertos e aos quais concorreram e foram ficando tendo casos de sucesso e que iriam continuar a apoiar estes projetos.

Colocada à votação, apreciação e discussão a 2.<sup>a</sup> Revisão Orçamental de 2022, a mesma foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (9 PS, 1 PAN e 1 CDS) e 8 abstenções (3 PSD, 1 BE, 2 CDU, 1 CHEGA e 1 PDR).

**Ponto Quatro – Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2022 – 1.<sup>a</sup> Alteração.**

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Presidente de Junta Joaquim Rocha (PS)** para apresentar o documento.

**Presidente Joaquim Rocha (PS) 1.27.56/1.28.10** – Tomou da palavra para informar que o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha faria a apresentação do documento.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS)**, para que este apresentasse o referido documento.

**Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.28.17/1.31.29** – Tomou da palavra para mencionar que já havia tido o cuidado de ir explicando algumas das alterações a que se propunham no ponto anterior. Recordou que eliminaram o fiscal e que iriam tentar ir por via técnico superior na área da engenharia. Salientou que na área da secretaria dos dois postos a ocupar para já iriam tentar criar apenas um de um assistente técnico, uma vez que iriam experimentar uma avença no máximo até ao final do ano de um técnico superior na área da contabilidade e que para o ano a proposta traria um novo posto de trabalho.

Esclareceu que a grande novidade se prendia com uma necessidade que vinha sendo aumentada ao longos dos anos e que teria a ver com a parte informática. Salientou que quando falava em parte informática, falava de forma abrangente, isto era multimédia, apoio às redes sociais, eventos, etc, devido a uma necessidade constante de reforço do técnico de informática ou de outras empresas que pudessem completar esse serviço. Destacou ainda que gostariam de mudar algumas ferramentas internas, nomeadamente para a otimização de alguns dos serviços, em especial do ponto de vista de atendimento à população, entre outros, considerando que já não se coadunaria apenas com a prestação de serviços e que seria necessário alguém mais presente, decidindo criar no mapa de pessoal uma vaga para um técnico de informática. Informou igualmente do procedimento que se encontrava a decorrer para as várias referências do assistente operacional, esperando que termine antes do verão.-----

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)**, concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra o **Vogal Ricardo Girão (PSD)**.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)**.

**Vogal Ricardo Girão (PSD) 1.31.42/1.32.28** – Tomou da palavra para questionar o senhor Tesoureiro relativamente ao perfil do técnico informático, uma vez que havia referido que prestaria apoio na área da multimédia, questionando se efetivamente seria um técnico informático e não de multimédia.

Questionou igualmente se havia existido alguma situação que os levasse à conclusão de necessitarem de um técnico superior na área da contabilidade, se teria existido algum normativo ou alguma sobrecarga de trabalho que os tivesse levado a isso, ou ainda se seria uma questão de oportunidade.

**O Presidente da Assembleia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra ao **Tesoureiro Nuno Rocha (PS)** para esclarecimentos.

**Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.32.39/1.39.43** – Em resposta ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)**, esclareceu que considerava que a informática se misturava um pouco com a multimédia, alegando que existiriam cursos de informática e multimédia em simultâneo. Informou que objetivo seria informática, e que não seria técnico, mas sim especialista por ser licenciado e para se tornar mais atrativo devido à dificuldade em atrair e segurar os trabalhadores, mas também para assegurar que viria alguém que pudesse acrescer um pouco à multimédia e quando se referiria a multimédia seria no âmbito das redes sociais e no melhoramento da comunicação e imagem para o exterior.

Clarificou que na área da contabilidade as exigências hoje são muito maiores do que eram, nomeadamente com a entrada em vigor do SNC-AP assim como o orçamento que quase que dobrou nos últimos sete anos, existindo uma exigência muito elevada. Salientou que a exigência não seria apenas a nível da contabilidade, mas também ao nível dos procedimentos, aludindo para o investimento na área de Direito, mas que no dia a dia não seria apenas fazer lançamentos. Destacou que o trabalho de escrituração era e seria sempre assegurado por assistente técnico ou até um assistente operacional não traria qualquer complexidade.

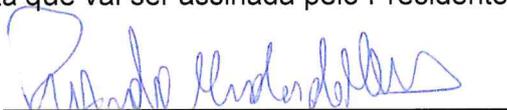
#### **Ponto Cinco - Apreciação da Informação Escrita do Presidente.**

**O Presidente da Assembleia de Freguesia Rui Medeiros (PS)** concedeu a palavra às forças políticas, não se tendo inscrito nenhum membro para intervenção, dando assim por terminada a Assembleia.

Após leitura, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a ata minuta, com as deliberações da Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Por nada mais haver a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão às zero horas e trinta e seis minutos de dia 06 de abril de 2022, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e Secretário.

Presidente



Secretário

